

O campo acadêmico em ação: O Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) e a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG)

RAPHAELA GIFFONI PINTO*

O trabalho visa compreender a relação entre a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e o Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) no início dos anos 90; período de afirmação e consolidação destes aparelhos de hegemonia. A identificação e complementaridade dos projetos de ambos, serão explicadas com base na imbricação existente entre eles ao longo do período proposto. Tais iniciativas serão analisadas à luz da estratégia de construção do papel dirigente de uma dada fração de classe dominante agrária, ancorada e respaldada pelo campo acadêmico. Foram trabalhados para todo o recorte aqui estabelecido, a documentação avulsa produzida e veiculada pela própria ABAG no contexto de seu surgimento, sobretudo os escritos do engenheiro agrônomo Ney Bittencourt de Araújo¹; e o material produzido pelo PENSA-USP para o período compreendido entre sua fundação e a proposição da ABAG no ano de 1993.

Pretende-se, assim, analisar a visível conexão entre a academia e a atuação de uma dada fração de classe dominante agrária no processo de construção de sua hegemonia.

A ABAG consiste numa entidade que agrega diversos setores ligados à produção agropecuária, abrangendo não apenas os segmentos responsáveis pela atividade produtiva propriamente dita, como também aqueles relacionados à produção de insumos e armazenamento, processamento, distribuição e financiamento de produtos agrícolas, além de empresas diretamente e profundamente ligadas ao capital financeiro. Na ABAG encontram-se representadas algumas das mais expressivas e tradicionais agremiações patronais agrícolas, como Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFF; orientada pela Prof^ª. Dr^ª. Sonia Regina de Mendonça.

¹ Agroempresário, agrônomo e diretor, membro e presidente de diversas associações: Agrocerec Importação e Exportação, Comércio e Indústria S/A; Membro da Associação Paulista de Engenheiros Agrônomos, Sociedade Brasileira de Agronomia, Sociedade Brasileira de Defensivos para Agropecuária e Presidente da ABRASEM (Associação Brasileira de Sementes), dentre outras.

(OCB), além de algumas Federações e Cooperativas Estaduais de Agricultura. Contudo, o núcleo central dessa mega associação consiste, precisamente, em grupos empresariais, tais como Sadia, Agrocere, Abrasem, Cargill Agrícola S/A, Bunge Alimentos S/A, Bunge Fertilizantes S/A e Monsanto, dentre várias outras, perfazendo um total de 59 empresas – em sua maioria estrangeiras -, boa parte das quais representadas junto a seu Conselho Consultivo. Proposta em 93 pelo diretor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), - entidade patronal representante do setor mais tecnicizado do mundo agro brasileiro – e primeiro presidente da nova agremiação, a ABAG inaugura novo patamar de representação política dos grupos ligados aos setores agroindustrial e financeiro do país.

Vale sublinhar que Sonia Mendonça refletiu sobre o processo de construção da hegemonia da OCB junto ao conjunto dos grupos dominantes agroindustriais brasileiros, hegemonia esta que, além de levá-la a propor a criação da própria ABAG, também a fez criar, no ano de 1990, o Instituto Brasileiro do Agribusiness, presidido por Roberto Rodrigues, presidente da OCB, membro da ABAG e ex-ministro da agricultura do governo Lula. Segundo a autora, os antecedentes e o pano de fundo de todo este processo vitorioso da OCB repousam na crise do comumente denominado processo de “modernização” da agricultura, verificado, sobretudo, a partir da década de 1980, crise esta marcada pela progressiva diminuição dos créditos e subsídios públicos até então destinados ao setor agropecuário, bem como pelo conseqüente acirramento dos conflitos intra-classe dominante agroindustrial.

O êxito alcançado pela organização das cooperativas brasileiras em fins da década de 80 – oriundo da vitória obtida junto às disputas travadas entre os segmentos de grandes empresários rurais - nos debates para a elaboração e aprovação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), na Assembléia Nacional Constituinte de 1988 e, sobretudo, na ascensão de seu porta-voz mais expressivo, Roberto Rodrigues, marcaria uma inflexão na crise do sistema de representação patronal rural, estritamente associada às transformações que incidiram sobre o campo ao longo das décadas precedentes.

A disputa pela imposição legítima do “agro-negócio” no Brasil contou, ainda, com estratégias discursivas oriundas de projetos políticos específicos. Logo, um dos principais mecanismos de legitimação da ABAG e de seu próprio projeto

político mais amplo, consistiu em enfatizar, através da grande imprensa, a importância do agribusiness, ressaltando tanto sua participação no PIB e na balança comercial país; quanto no potencial empregatício e na minoração da porcentagem do dispêndio das famílias brasileiras. Nestes escritos, a ABAG se colocava como “alavanca inquestionável da modernização do país” e como uma organização “a serviço do povo brasileiro”.

Entre a documentação analisada, destacou-se o discurso proferido, no Congresso Nacional, pelo então presidente da ABAG – Ney Bittencourt de Araújo – em solenidade de posse da Diretoria e Conselho da entidade. Neste discurso, podemos observar alguns dos elementos de legitimação da associação, bem como pontos de seu projeto político. Um dos principais mecanismos de legitimação da criação da entidade consistiu na importância do agribusiness para o país, conforme indica a fala do presidente da ABAG em 1993:

“O agribusiness brasileiro é o maior negócio do país, representando quase 40% do PIB, quase a metade dos empregos, 46% do dispêndio das famílias, mais de 40% das exportações e, mais importante, 60% da balança comercial”. (ABAG; íntegra do discurso proferido pelo Presidente da ABAG, Engenheiro Agrônomo Ney Bittencourt de Araújo, na cerimônia de posse de Diretoria e Conselho da entidade, dia 6 de maio de 1993, Auditório Nereu Ramos, do Congresso Nacional, em Brasília, p.3)

Entretanto, para além de sua importância econômica interna, o *agribusiness* era tido como fundamental para a inserção competitiva do Brasil no mercado internacional e, sobretudo, para a melhoria social do país. E foi, justamente, através do conceito de *Segurança Alimentar*, que a ABAG procurou legitimar-se não apenas junto ao meio empresarial, mas, principalmente, junto à sociedade política e à sociedade civil em geral.

A ABAG imprimiu um enfoque empresarial e totalmente coerente aos interesses do *agribusiness* à noção de *Segurança Alimentar*², um de seus grandes pilares. Para a entidade, a suposta melhoria na alimentação dos brasileiros levaria tanto ao aumento do consumo, quanto da produção, acentuando-se, conseqüentemente, a

² Cabe lembrar que a questão da *Segurança Alimentar* já vinha sendo reivindicada e discutida por diferentes segmentos, como o grupo *Ação da Cidadania*, presidido por Herbert de Souza. Além disso, o próprio governo Itamar Franco havia criado um órgão intitulado *Conselho Nacional da Segurança Alimentar (CONSEA)* – em que, posteriormente, a ABAG contaria com representação – responsável por orientar e implementar políticas neste setor.

competitividade mercantil no país. Segundo dirigentes da ABAG era necessário aumentar o poder de compra dos salários através da diminuição dos preços dos alimentos. E uma das formas de redução desses preços seria, justamente, fazer diminuir a incidência de impostos sobre produtos alimentares³. A queda em tais preços também poderia ser obtida mediante o aumento da produtividade, conseguido, por sua vez, através de estímulos à pesquisa científica e tecnológica.

Neste sentido, outra importante bandeira levantada pela ABAG consistia na melhoria da capacitação científica e tecnológica da agricultura, bem como na importância de novas técnicas de gestão e de sistemas de informações⁴. Para isto, a entidade contaria com o apoio do PENSA.

É neste contexto que devemos analisar a relação entre a fundação do Instituto Brasileiro de Agribusiness – de iniciativa da OCB - e a criação do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA/USP), ambos em 1990. Tais iniciativas refletem a preocupação/investimento de todo um segmento de empresários agroindustriais para os quais a globalização estaria impondo ao *agribusiness* um outro tipo de relação e de confronto: “um confronto estratégico com os grupos internacionais”. Portanto, é chegado o momento de o empresariado do *agribusiness* assumir uma nova postura: ser mais ofensivo; aprender a tomar a iniciativa e ter uma visão mais estratégica dos “mercados, dos impostos e dos negócios”. (BRUNO, 2002).

Contudo, de acordo com o posicionamento das lideranças agroindustriais⁵ no início dos anos 90, o setor ainda não estaria preparado para enfrentar esse novo processo. Defendem a consolidação de canais de representação e de mediação

³ MARQUES, Paulo Eduardo M. *Segurança Alimentar: a intervenção da ABAG no campo da disputa e produção ideológica*. Rio de Janeiro: CPDA, 1996, Dissertação de Mestrado.

⁴ ABAG; íntegra do discurso proferido pelo Presidente da ABAG, Engenheiro Agrônomo Ney Bittencourt de Araújo, na cerimônia de posse de Diretoria e Conselho da entidade, dia 6 de maio de 1993, Auditório Nereu Ramos, do Congresso Nacional, em Brasília.

⁵ Neste trabalho de Regina Bruno foram realizadas entrevistas com os presidentes da ABAG, da OCB, da SRB, da Associação Brasileira de Citricultura (ABECITRUS), da Associação Brasileira de Fumicultura (ABIFUMO), do Conselho Nacional do Café (CNC), da Associação Brasileira de Óleos Vegetais (ABIOVE), com o Fórum Nacional de Agricultura e Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FAERJ).

mais institucionalizados e que, portanto, garantiria uma maior inserção nos mercados globalizados. Em maio de 1990, sobre o assunto em questão, Ney Araújo salienta⁶:

“(...) embora a produtividade agrícola continue sendo fator crítico para se manter a competitividade, a tendência é a do uso de estratégias com conteúdo mais mercadológico, o que pressionará mais e mais as empresas do complexo agroindustrial, em direção a novos posicionamentos na sua gestão de negócios.(...) E, ainda, a estruturarem sistemas de informações mercadológicas e financeiras, para reduzirem os riscos que envolvam a entrada em novos mercados. Tudo isso faz parte de uma nova e necessária postura empresarial (...) (p. 53)

Nos dias de hoje, cerca de vinte anos depois, é notório a materialização e concretização de várias das demandas acima mencionadas. Além da conquista da ABAG de representatividade institucional e ampliação de sua influência junto ao empresariado e ao Estado, o agribusiness conta com o apoio incontestado do campo acadêmico, através de sua aliança com intelectuais da USP. Estamos falando do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial, o PENSA, que, nas palavras de seus idealizadores, tem por missão inserir a agricultura num contexto de “*sistemas produtivos globalizados*”. Atualmente o PENSA tem enorme visibilidade nacional e internacional, e uma produção intelectual bastante ativa, já que o número de participantes tanto do meio acadêmico, quanto do meio empresarial vêm aumentando significativamente. Coube, assim, aos intelectuais em torno do PENSA, fornecerem escopo teórico e metodológico às ações do agribusiness brasileiro.

Dentre as principais organizações/instituições que, sistematicamente, interagem com o PENSA, encontram-se a ABAG, Jarí Celulose, Illy Café (empresa torrefadora italiana), FAO, Governo do Estado do Maranhão, EMBRAPA, [IAMA \(International Agribusiness Management Association\)](#), ISNIE (International Society of New Institutional Economics), as Universidades Federais de São Carlos (UFSCAR) e do Rio Grande do Sul (URGS), dentre outras

Ney Bittencourt Araújo, ainda em 90, organiza junto a um grupo de intelectuais (em sua maioria formada por engenheiros agrônomos) dos Departamentos de Economia e Administração da FEA-USP (São Paulo e Ribeirão

⁶ Trecho retirado do livro: “*Ney Bittencourt: o dinamismo do agribusiness*”, homenagem póstuma, organizada por Roberto Rodrigues no ano de 2002.

Preto), o PENSA.⁷ A agência foi formalmente instalada pela Universidade de São Paulo em junho de 1990 e suas atividades desenvolveram-se com o patrocínio das fundações da USP. A finalidade básica deste programa multi-institucional ⁸ era a de promover estudos sobre o agribusiness brasileiro, objetivando integrar a academia e a própria pesquisa acadêmica à realidade das organizações que encomendavam estudos claramente direcionados. Em outros termos, a função do PENSA é desenvolver conhecimentos que sejam aplicados aos negócios agroindustriais, endereçados às estratégias privadas e/ou às políticas públicas.

O PENSA, contou desde o momento de sua criação com o financiamento de empresas privadas e organizações do agribusiness brasileiro para a viabilização de seus estudos dentro e fora do país. Diante da documentação levantada, entre os anos de 1990 a 1993 (data da proposição da ABAG), constata-se que o programa já formalizava estudos dirigidos tanto aos programas de ensino regulares, aos programas de educação continuada e, sobretudo, ao treinamento empresarial de executivos. Outra fundamental ingerência do PENSA, também já no mesmo período, foram os *Estudos de Casos*. Trata-se de uma iniciativa em que participam alunos e professores ligados ao PENSA, juntamente com um representante do grupo empresarial ora alvo de estudo, objetivando alcançar soluções para os problemas decisórios das empresas brasileiras. Nas palavras de Décio Zylberstajn, coordenador-geral do PENSA:

(...) estudos de casos que representam situações-problema enfrentados por empresas reais e que são ilustrativos do momento por que passa o agribusiness brasileiro e internacional. Reunir cerca de 70 executivos, ao lado de representantes da área acadêmica, com as mais diversas experiências na área, discutindo problemas estratégicos e organizacionais, cuidadosamente escolhidos e preparados, provê um ambiente rico e incomparável de troca de idéias e pontos de vista que, auxiliam nas tomadas de decisão dos negócios privados.”(ZYLBERSTAJN, 1993).

⁷ Sobre este Programa é importante afirmar que foi inspirado no Programa de Agribusiness da Universidade de Harvard, cujo fundador é Ray Goldberg, quem formalizou o conceito de *agribusiness* ainda em 1957. Ney Bittencourt de Araújo convidou o professor Goldberg em 1990 para a fundação do PENSA.

⁸ As atividades do PENSA também são desenvolvidas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e pela Fundação para a Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Economia e Contabilidade (FUNDACE) e, sobretudo, pela Fundação Instituto de Administração (FIA).

No ano de 1992, por exemplo, o Programa elaborou *estudos de casos* para várias empresas, a saber: Cooperativa Agropecuária HOLAMBRA, Cooperativa BATAVO, FRUNORTE, DINAMILHO, Associação dos Viticultores de São Miguel Arcanjo (AVITI) e Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste/ LTDA (SUDCOOP).

Pode-se, assim, perceber que sua produção intelectual não se circunscrevia apenas a trabalhos inaugurais sobre a temática do agribusiness. Dentre estes trabalhos podemos citar os de Décio Zylbersztajn: engenheiro agrônomo e professor titular do Departamento de Administração da FEA/USP, coordenador-geral do PENSA e também fundador do Programa; os de Elizabeth Farina: economista, também professora da FEA/USP e atualmente presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) – autarquia vinculada ao Ministério da Justiça -; e principalmente os do próprio Ney Bittencourt, com ou sem a parceria de colaboradores externos do PENSA: Luiz Antônio Pinazza (Gerente da Área de Estudos de Economia e Planejamento da *Sementes Agroceres S.A.*) e Ivan Wedekin (Diretor Comercial da *Sementes Agroceres S.A.*)

Não se pode, entretanto, ignorar o fato de que grande parte dos coordenadores do PENSA e membros associados já colaboravam com estudos solicitados por multinacionais do porte de Cargill e empresas como a Agroceres, ou mesmo ocupavam cargos nestes grupos empresariais. Nos periódicos informativos destas empresas, tais como: *Cadernos Agroceres* e *Fórum Cargill de Debates* – publicações que são editadas desde início da década de 80 -, são encontrados nomes como o de Fernando Homem de Melo, pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), instituição que também patrocina as atividades do PENSA; como o de Elizabeth Farina, coordenadora do PENSA; o de Renato Casali Pavan, colaborador externo do PENSA, e que, em 1993, era Assessor Especial do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, e um ano depois, Coordenador de Infra-Estrutura Econômica, Transporte e Energia (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), entre outros. Os artigos destes e de outros pesquisadores e autoridades governamentais são voltados às análises de tendências de mercado, aos diagnósticos do comércio exterior e de política agrícola, somando também análises de estratégias empresariais.

Neste sentido, o que podemos concluir é que a construção do PENSA foi a conformação institucional de práticas que já existiam, ainda que não centralizadas e levadas a público periodicamente.⁹ E, mais que isso, foi a formalização de demandas e propostas elaboradas por uma fração de classe dominante hegemônica que obtinha respaldo da academia, posto que membros desta academia já construíam direção política e cultural, organizando e divulgando ideologias desta determinada classe/fração. Não é por acaso que a ABAG só é proposta três anos depois da criação do PENSA. O caráter unitário e coerente do projeto político e dos valores a ele inerentes, produzido por estes intelectuais da USP, confere homogeneidade à ideologia desta classe, externando-a e tornando-a aceita por toda a sociedade. A título de exemplificação, basta analisarmos uma das linhas de pesquisa do Programa: o *Marketing Empresarial*. Área promissora, que tem angariado enorme investimento intelectual por parte dos membros do PENSA; e que se traduz em outro preponderante indicativo de êxito ou fracasso dos negócios das empresas por eles estudadas.

É evidente que com a consolidação do Programa suas atividades se complexificaram. Foi a partir de 1994/1995 que o PENSA passou a realizar anualmente cursos direcionados à capacitação de profissionais ligados ao agronegócio, tendo construído e propalado uma tradição na área, e, com isso, obtendo um status de ‘credenciadora’ frente aos demais programas estabelecidos, de recursos humanos para o gerenciamento do que chamam de Sistema Agroindustrial Brasileiro. Inúmeras outras ações – que ganharam grande projeção e alcance - passaram a serem realizadas a partir de então.

O levantamento de suas principais realizações, possibilitou constatar inúmeras similitudes entre as bandeiras de luta propaladas pelas lideranças da OCB e da própria ABAG - sobretudo as referentes ao sistema cooperativo, extremamente valorizado pelo PENSA. Algumas vezes colocado até como única saída para se atingir agregação de valor (capacidade gestora e incremento tecnológico) - e os

⁹ Um exemplo a ser citado de aproximação de dirigentes empresariais, especialistas em agribusiness e associados da ABAG, foi o programa de televisão intitulado “*Fique de olho no milho*” produzido pela Rede Globo (posteriormente associada da ABAG) em parceria com a Agrocerec, (empresa presidida por Ney Bittencourt). Entre os anos de 1983 a 1988 o programa ficou no ar e abriu as portas para um maciço investimento de marketing no setor do agribusiness. Junto com Ney, outro futuro membro do PENSA, José Luiz Tejon Megido, (ex-gerente geral de Marketing da Agrocerec e atual gerente geral de negócios da OESP Mídia Direta – parceira do PENSA) foram os responsáveis pelas campanhas rurais engendradas pelo programa “*Fique de olho no milho*”.

estudos produzidos pelos intelectuais, conjugados a seminários, congressos e cursos oferecidos pelo programa e/ou patrocinado por empresas e cooperativas.¹⁰

Semelhanças também são confrontadas entre a ABAG e o PENSA em noções como *Auto-gestão* e *Competitividade*, altamente valorizadas e utilizadas como medidas de sucesso das corporações e instituições estudadas pelo Programa. Vários cursos foram também elaborados atendendo às necessidades específicas de determinadas cooperativas: os chamados “*cursos in house*”. Outras iniciativas de importância inegável, consistiram nos Cursos de Especialização em Agribusiness ministrados junto à EMBRAPA e ao Banco do Brasil, além da realização de dois projetos direcionados/patrocinados pela *Monsanto*: um prestando consultoria na identificação dos setores de atividades estratégicos para a atuação da empresa dentro da política definida pela corporação em 1998, e outro - já no ano 2000 - voltado para a produção de estudos sobre adoção de produtos transgênicos nos EUA, Argentina e Brasil e os potenciais impactos para os produtores.

Por fim, conclui-se que a ABAG e o PENSA, são instituições complementares, que possuem em larga medida, os mesmos quadros fundadores, colaboradores e executivos. Vale ressaltar que tanto a ABAG, quanto o PENSA foram criados em um contexto de grande diminuição dos créditos públicos para o setor agropecuário – processo iniciado ainda no início dos anos 80 – e de crescente aceitação (e execução) de políticas neoliberais. Desta maneira, a tônica do discurso de ambas entidades privilegiam o papel fundamental do agribusiness para o aumento da competitividade interna e externa do país, enfatizando ainda o compromisso e responsabilidade social deste setor através da noção de *Segurança Alimentar*.

Tais noções, repletas de conteúdos ideológicos legitimadores, foram construídas com vistas a respaldar política e socialmente as propostas veiculadas pela nova agremiação junto ao Estado restrito e à sociedade como um todo, legitimando a própria importância e, particularmente, a necessidade de sua existência. Com isto, tanto por meio da documentação da ABAG, quanto por meio dos escritos do PENSA procuram demonstrar elementos diretamente relacionados à defesa de políticas

¹⁰ Em 1997, por exemplo, o PENSA co-patrocinaria a realização do *XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo e planejamento estratégico da OCB*. Encontros preparatórios seriam realizados nas cidades de Campo Grande, Belo Horizonte, Belém, Recife, Florianópolis, Goiânia e Brasília, mediante palestras e debates sobre as temáticas centrais do Congresso.

neoliberais para o campo brasileiro, viabilizando a subordinação da agricultura ao grande capital financeiro, mediante a difusão do conceito de “agro-negócio”.

Fontes utilizadas

ABAG. *Íntegra do discurso proferido pelo Presidente da ABAG, Engenheiro Agrônomo Ney Bittencourt de Araújo, na cerimônia de posse de Diretoria e Conselho da entidade.* Brasília: ABAG, 1993 (Auditório Nereu Ramos - Congresso Nacional).

_____. *Agribusiness Brasileiro – A História.* SP: Evoluir, 2002.

ARAÚJO, Ney Bittencourt de. *Complexo Agroindustrial. O “Agribusiness” Brasileiro.* São Paulo: Agroceres, 1990.

FORUM CARGIIL DE DEBATES. *O desafio agrícola.* SP, 1995.

PENSA. Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial. *Apresentação.* PENSA. Atibaia – São Paulo, 1993.

_____. *Resumo das discussões dos grupos de trabalho. Estudos de casos.* PENSA. SP, 1992.

REZENDE, Fernando. *A Metamorfose do Estado.* São Paulo: Ed. ABAG, 1993.

ZYLBERSZTAJN, Décio. *Estudos de caso em Agribusiness: O processo de tomada de decisões nas empresas brasileiras.* Porto Alegre: Ortiz, 1993.

Referências bibliográficas

BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A Nova Face Política das Elites Agroindustriais no Brasil.* Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

_____. “Com a boca torta pelo uso do cachimbo. Estado e empresários agroindustriais no Brasil”. In: *Mundo rural e cultura.* Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. “Patronato rural: a modernização da retórica”. *Reforma Agrária,* Campinas: nº 1, vol. I, abr., 1993.

DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985).* SP: Ícone, 1985.

_____. “A Questão Agrária no Brasil (1950-2003)”. IN: JACCOUD, Luciana (org). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.* Brasília: IPEA, 2005.

DREIFUSS, R. *O Jogo da Direita na Nova República.* Petrópolis: Vozes, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1996.

_____. “As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia”. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 1991.

KAGEYAMA, Ângela (coord). “O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais”. IN: *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: Série IPEA, 1990, n. 127.

MARQUES, Paulo Eduardo M. *Segurança Alimentar: a intervenção da ABAG no campo da disputa e produção ideológica*. Rio de Janeiro: CPDA, Dissertação de Mestrado, 1996.

MENDONÇA, Sonia R. *Entidades patronais rurais no Brasil recente: Indicações sobre a disputa pela hegemonia setorial*. In: _____.(org) *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EDUFF/ Vício de Leitura, 2005.

_____. *Estado, classe dominante agrária e representação de interesses na transição política brasileira*. Relatório final de pesquisa ao CNPq, Niterói: Fev, 2001.

_____. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo, Hucitec, 1997.

MORAES, Plínio Guimarães. “Algumas observações para o estudo das Classes Dominantes na Agropecuária Brasileira”, *Reforma Agrária*, Campinas: 17 (2): 17-33, ago./nov., 1987.

PALMEIRA, M. & LEITE,S. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, L. F & SANTOS, R.(orgs.). *Política e Reforma Agrária*. Mauad, 1999.

POULANTZAS. N. “As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças”. In: “O Estado, o poder o socialismo”. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

RAMOS, Carolina T. A. de A. *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil (1961-1970)*. Niterói: Dissertação de Mestrado/UFF, 2006.

SEVERINO, Cláudio. *O ruralismo acadêmico paulista*. RJ: UFRRJ-CPDA, 2007.

STÉDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.